



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA



LUCAS HENRIQUE REZENDE CALIXTO

**A APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL NA ATUAÇÃO POLICIAL
MILITAR**

GOIÂNIA-GO

2024

LUCAS HENRIQUE REZENDE CALIXTO

**A APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL NA ATUAÇÃO POLICIAL
MILITAR**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Nikolas Christopher Charalabopoulos.

GOIÂNIA-GO

2024

A APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL NA ATUAÇÃO POLICIAL MILITAR

The Application of Environmental Legislation in Military Police Operations

Lucas Henrique Rezende Calixto¹
Nikolas Christopher Charalabopoulos.²

Resumo

Este trabalho teve por objetivo analisar a aplicação da legislação ambiental na atuação da Polícia Militar, buscando compreender a eficácia e os desafios enfrentados no cumprimento das normas legais relacionadas ao meio ambiente. Em relação aos procedimentos metodológicos, foi realizado um estudo de caso com agentes do policiamento ambiental. Para isso, foi elaborado um questionário de pesquisa. A análise de dados foi realizada através do método dedutivo. Diante disso, os resultados desta pesquisa destacam a importância do policiamento ambiental na proteção e preservação do meio ambiente. Dessa maneira, foi possível observar que os agentes desse setor possuem conhecimento técnico e são frequentemente mobilizados para atividades de formação complementar, visando maximizar sua eficiência e oferecer uma proteção mais efetiva. Apesar dos desafios enfrentados, como a escassez de recursos financeiros e humanos, os agentes demonstraram clareza sobre as atividades e procedimentos necessários para a proteção ambiental. Assim, investir na capacitação e no fortalecimento desses profissionais é crucial para garantir um ambiente sustentável para as atuais e futuras gerações.

Palavras-chave: Meio Ambiente; Segurança Pública; Policiamento Ambiental;

Abstract

Este trabalho teve por objetivo analisar a aplicação da legislação ambiental na atuação da Polícia Militar, buscando compreender a eficácia e os desafios enfrentados no cumprimento das normas legais relacionadas ao meio ambiente. Em relação aos procedimentos metodológicos, foi realizado um estudo de caso com agentes do policiamento ambiental. Para isso, foi elaborado um questionário de pesquisa. A análise de dados foi realizada através do método dedutivo. Diante disso, os resultados desta pesquisa destacam a importância do policiamento ambiental na proteção e preservação do meio ambiente. Dessa maneira, foi possível observar que os agentes desse setor possuem conhecimento técnico e são frequentemente mobilizados para atividades de formação complementar, visando maximizar sua eficiência e oferecer uma proteção mais efetiva. Apesar dos desafios enfrentados, como a escassez de recursos financeiros e humanos, os agentes demonstraram clareza sobre as atividades e procedimentos necessários para a proteção ambiental. Assim, investir na capacitação e no fortalecimento desses profissionais é crucial para garantir um ambiente sustentável para as atuais e futuras gerações.

Keywords: Environment; Public Safety; Environmental Policing;

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, email: Httlucash@gmail.com Telefone: 64 9243-3951

² Orientador. Professor da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Bel. Ciências Biológicas com Especialização em Ciências Forenses Email: nikolaschristopher@gmail.com. Telefone: (62)98456-8081

1 INTRODUÇÃO

A consciência das pessoas sobre a importância da proteção ambiental continua a aumentar, e a legislação ambiental desempenha um papel vital na sociedade contemporânea. Neste contexto, torna-se importante o papel da Polícia Militar Ambiental, responsável pela implementação e fiscalização das regras de proteção ambiental. Ao delinear os contornos deste estudo, é importante explorar não apenas os aspectos operacionais da ação policial na esfera ambiental, mas também suas implicações legais, éticas e sociais. Uma análise crítica destes elementos não só fornece uma visão da realidade atual, mas também permite recomendações para melhorar a eficácia no cumprimento de suas obrigações legais.

Assim, torna-se claro a importância da preservação ambiental em nível mundial. Mais especificamente, no contexto do Brasil, o dispositivo 225 da Constituição Federal assegura o direito ao ambiente em equilíbrio. Tal disposição protege o direito de todos a um meio ambiente em harmonia com a natureza, reconhecido como um interesse coletivo e fundamental para a qualidade de vida e saúde. Dessa maneira, cabe às autoridades governamentais e às comunidades a responsabilidade de proteger e conservar esse ambiente para as atuais e futuras gerações (Brasil, 1988).

No contexto da aplicação da legislação ambiental pela Polícia Militar, emergem questões cruciais relacionadas à eficácia e aos desafios enfrentados no cumprimento das normas legais voltadas ao meio ambiente. Diante desse contexto, o problema de pesquisa que orientará este estudo é: "Quais são os principais desafios enfrentados pela Polícia Militar na aplicação da legislação ambiental, e de que maneira esses desafios afetam a eficácia das ações policiais relacionadas à preservação do meio ambiente?"

Diante disso, este trabalho pretende analisar a aplicação da legislação ambiental na atuação da Polícia Militar, buscando compreender a eficácia e os desafios enfrentados no cumprimento das normas legais relacionadas ao meio ambiente. Como objetivos específicos, busca-se: Investigar o conhecimento e a conscientização dos policiais militares em relação à legislação ambiental, com ênfase nas leis pertinentes ao combate a crimes ambientais; Avaliar a efetividade das estratégias e procedimentos utilizados pela Polícia Militar na identificação, prevenção e repressão de atividades criminosas que violem a legislação ambiental; Identificar os principais desafios enfrentados pelos policiais militares na aplicação da legislação ambiental, incluindo obstáculos operacionais, falta de recursos e questões legais específicas.

Este estudo justifica-se pela necessidade de avaliar de forma abrangente a aplicação da legislação ambiental da Polícia Militar Ambiental, compreender sua eficácia e os desafios

do cumprimento destas normas. Neste caso, as operações policiais vão além da aplicação da lei e envolvem a complexa interface entre a proteção ambiental, a ordem pública e os direitos civis. Compreender os fatores que influenciam a eficácia da Polícia Militar no cumprimento da legislação ambiental é fundamental para melhorar práticas e procedimentos. A justificativa é a necessidade de identificar lacunas e barreiras que possam impactar negativamente a eficácia das operações policiais, com o objetivo de tomar medidas mais eficazes, em linha com as necessidades sociais e os requisitos ambientais.

Além disso, o estudo pretende destacar a importância de uma abordagem integrada entre as dimensões jurídica, operacional e social da ação policial na área ambiental. A interdisciplinaridade proposta visa proporcionar uma visão holística, identificando não apenas pontos de excelência, mas também áreas de melhoria. Ao esclarecer a eficácia e os desafios enfrentados pela Polícia Militar Ambiental na aplicação da legislação ambiental, o estudo não só contribui para a compreensão da situação atual, mas também propõe diretrizes para fortalecer a integridade ambiental, promover a legitimidade das ações policiais e garantir a integridade ambiental. Um equilíbrio sustentável entre as necessidades sociais e a proteção ambiental.

2 REVISÃO TEÓRICA

A regulação de diversas facetas e dinâmicas sociais é uma responsabilidade do Estado. Desde os debates do contratualismo, é possível notar que a convivência em sociedade é, indubitavelmente, um processo no qual os cidadãos abrem mão de parte de sua liberdade em troca da proteção e segurança proporcionadas pela autoridade estatal.

Sem entrar nos detalhes constituintes do Estado e da sociedade civil, é importante ressaltar que sua origem fundamenta a legitimidade dessa entidade como detentora do uso da força e do poder punitivo. Destaca-se que o Estado é, assim, uma instituição que orienta a vida social em suas diversas dimensões.

No contexto ambiental, como destaca Sirvinskas (2018), a capacidade de regular e punir deriva do fato de que o meio ambiente é considerado um bem coletivo, ou seja, pertence a toda a coletividade. Percebe-se que sua preservação e regulamentação estão intimamente ligadas aos direitos essenciais da pessoa humana (SIRVINSKAS, 2018).

O meio ambiente é entendido, segundo Sirvinskas (2018), como um patrimônio essencial da humanidade. Sua preservação não se limita apenas a um contexto de conservação

exclusiva, mas sim a uma dinâmica de construção de equilíbrio entre a ação humana e um meio ambiente sustentável.

Baseando-se nessa perspectiva, Messias (2022) defende que o direito ambiental emerge como um conjunto de princípios, normas e regras jurídicas voltadas para a proteção legal do meio ambiente. Na visão do autor, esse sistema jurídico está diretamente relacionado à necessidade de garantir um equilíbrio ambiental diante do desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Messias (2022) argumenta que os perigos e prejuízos ambientais que são pertinentes ao Direito são aqueles que se distanciam dos princípios de sustentabilidade, ou seja, que se manifestam em um nível de desequilíbrio além dos limites aceitáveis, não apenas sob uma perspectiva legal, mas, primordialmente, sob uma perspectiva técnica, tendo como base a importância do equilíbrio ambiental como elemento essencial para garantir uma vida digna no planeta Terra.

É possível notar que a prevenção de riscos e danos ambientais, vinculada à preservação do meio ambiente como bem coletivo e seu uso equilibrado, constitui a base da proteção ambiental do estado e, por conseguinte, fundamenta o surgimento do direito ambiental. Segundo a visão de Messias (2022), percebe-se que esse processo de proteção do meio ambiente ocorre primordialmente por meio do desenvolvimento de uma perspectiva que o reconhece como um direito fundamental.

No contexto do estado brasileiro, verifica-se que essa atuação se dá de maneira multidisciplinar e multimodal. Esse processo é evidenciado na lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, também conhecida como a Política Nacional do Meio Ambiente, em seu artigo 2º, que estipula que:

Art 2º - A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios: I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo; II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar; III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais; IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas; V - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras; VI - incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais; VII - acompanhamento do estado da qualidade ambiental; VIII - recuperação de áreas degradadas; IX - proteção de áreas ameaçadas de degradação; X - educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

Nesse cenário, nota-se, segundo Venosa (2022), que a utilização de agrotóxicos acarreta riscos, os quais estão associados desde a produção até o esgotamento do solo, durante o armazenamento. De acordo com Lôbo (2022), percebe-se que a responsabilidade ambiental está vinculada à teoria do risco, o que se relaciona diretamente a uma dinâmica em que os agentes assumem os riscos inerentes às suas atividades.

Adicionalmente, é possível observar que o meio ambiente equilibrado é um direito fundamental e, ao mesmo tempo, coletivo. Embora esteja inserido na esfera da sociedade autodeterminada, destaca-se que cabe ao poder público, como instituição fundamental e reguladora da sociedade, estabelecer parâmetros para a proteção e defesa do meio ambiente.

3 METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa, recorre-se à revisão bibliográfica e ao estudo de caso como instrumentos de pesquisa. Assim, a pesquisa bibliográfica é definida, segundo observa Gil (2017), como a pesquisa realizada por meio de materiais publicáveis. Desse modo, tem-se como fonte principal livros, artigos, revistas, boletins, jornais, entre outros. Esse tipo de pesquisa possibilita cobrir uma vasta gama de fenômenos, relações e interações nos quais o objeto está inserido.

De acordo com Gil (2017, p. 50),

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço.

Em razão disso, recorre-se a repositórios e indexadores de literatura científica, tais como o *Scholar Google*, a *Scientific Electronic Library Online* (Scielo) e a Biblioteca Digital de Segurança Pública de Goiás. Busca-se privilegiar publicações realizadas nos últimos 10 anos, ou seja, entre 2014 e 2024, escritas em língua portuguesa e que atendam aos objetivos do trabalho. A pesquisa bibliográfica é um instrumento de suporte para a pesquisa aplicada.

Como recurso de pesquisa aplicada, recorre-se ao estudo de caso. De acordo com Gil (2017), o estudo de caso pode ser compreendido como um estudo descritivo e minucioso de um ou poucos objetos de pesquisa. Para a realização do estudo de caso, faz-se necessário a utilização de determinadas ferramentas, como o caderno de campo, o questionário e a

entrevista. Diante disso, para os objetivos desta pesquisa, utiliza-se um questionário semiestruturado, que será aplicado aos agentes de policiamento ambiental da PMGO.

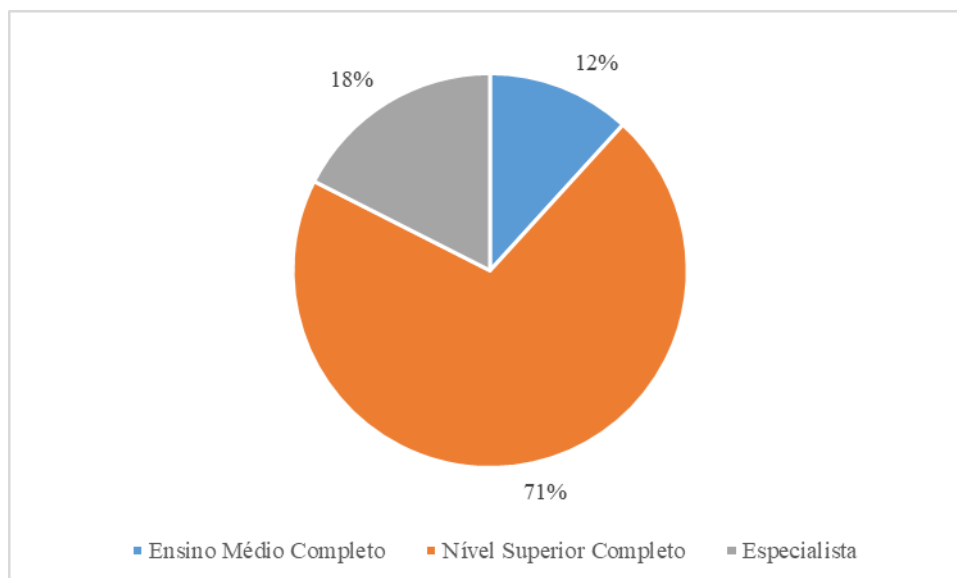
A análise de dados será realizada através do método dedutivo, que, conforme destaca Gil (2017), parte de elementos particulares para explicar o geral. Assim, esse método busca abordar a explicação dos fenômenos através de uma explicação racional. Desse modo, essa pesquisa dispõe de características qualitativas, uma vez que se propõe a análise elementos que não são necessariamente qualificáveis numericamente. No entanto, considerando a necessidade de se estabelecer um perfil dos participantes, ampara-se no emprego da estatística descritiva para observar esse processo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa foi realizada entre os dias 30 de janeiro e 20 de fevereiro de 2024. Conforme mencionado anteriormente, foi elaborado um questionário contendo 11 questões relacionadas ao perfil dos agentes e à atividade específica do policiamento ambiental (Anexo I). Dessa maneira, o questionário foi hospedado na plataforma Google Forms e enviado aos agentes através do aplicativo de mensagens WhatsApp. Além disso, visando considerar os protocolos técnicos e éticos, aplicou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo II), de modo que se pudesse obter a anuência dos participantes.

Diante disso, participaram da pesquisa 17 indivíduos. Ao considerar o perfil dos participantes, pode-se observar que 94,1% são homens, enquanto 5,9% são mulheres. Em termos de escolaridade, constata-se que o nível de escolaridade dos agentes é relativamente alto. A Figura 1 apresenta a distribuição dos dados.

Figura 1 – Nível de escolaridade

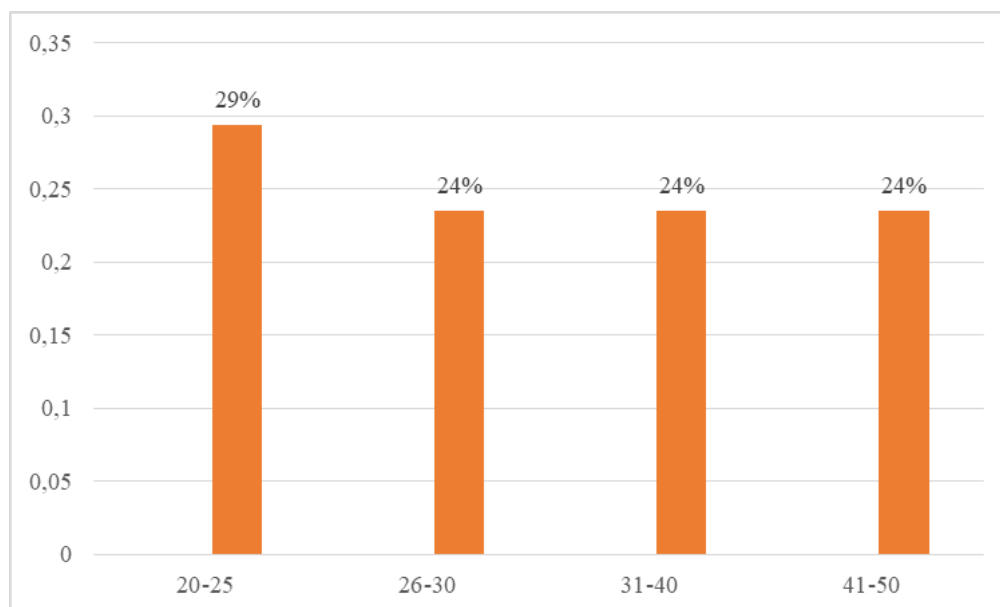


Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Nesse sentido, pode-se observar que 71% dos participantes assinalaram possuir Ensino Superior Completo, enquanto 18% têm o título de especialista. Todavia, é imperativo considerar que apenas 12% dos participantes possuem somente o ensino médio completo. O nível de escolaridade demonstra dois processos importantes. O primeiro está relacionado ao alto nível de formação educacional dos agentes de segurança pública, considerando o percentual de graduados e especialistas. O segundo ponto, por sua vez, que está relacionado aos que possuem apenas o Ensino Médio Completo, dialoga diretamente com a questão sobre a faixa etária dos participantes e o tempo de ingresso nos quadros da PMGO.

Assim, ao considerar a faixa etária, pode-se observar os dados expressos na Figura 2.

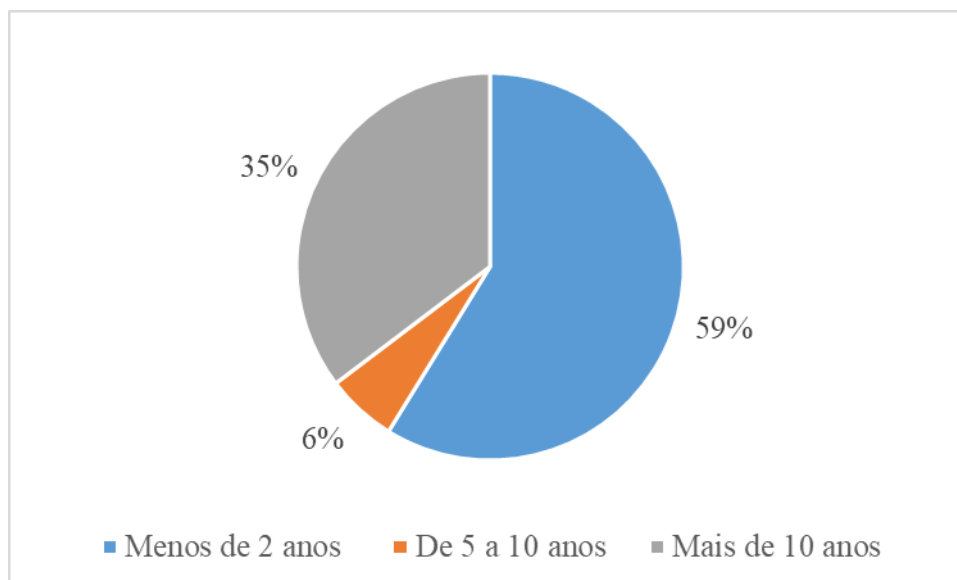
Figura 2 – Faixa etária



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Ao analisar os dados referentes à faixa etária, pode-se evidenciar que uma parte expressiva dos agentes possui menos de 30 anos, com uma incidência maior entre aqueles que têm entre 20 e 25 anos. Esse processo indica, por sua vez, os dados observados na Figura 1, que demonstra o alto percentual de graduados e especialistas. Ao mesmo tempo, ao considerar os agentes que possuem apenas o Ensino Médio, pode-se considerar as faixas etárias maiores, tendo em vista que no período em que ingressaram na corporação, o ensino superior não era tido como uma exigência.

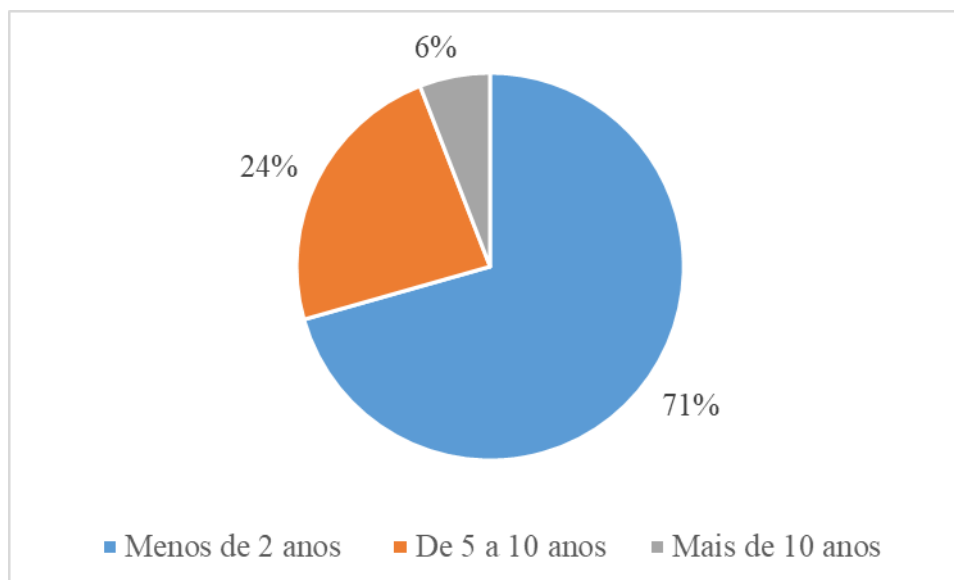
Esses dados podem ser consubstanciados ao considerar o tempo de ingresso na PMGO. A Figura 3 ilustra essas informações.

Figura 3 – Tempo de atuação na PMGO

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Nesse sentido, pode-se observar que o perfil dos participantes da pesquisa é composto, majoritariamente, por agentes recém-ingressos, o que coaduna, por exemplo, com as informações observadas anteriormente em relação ao nível de escolaridade e à faixa etária. Além disso, é importante considerar que outro percentual expressivo consiste em agentes que possuem mais de 10 anos de atuação na PMGO, o que possibilita considerar a hipótese atrelada ao nível de escolaridade menor assinalado anteriormente.

Desse modo, ao questionar os participantes em relação ao tempo de atuação específica no policiamento ambiental, evidencia-se uma proximidade com os dados da Figura 3. Essas informações encontram-se na Figura 4.

Figura 4 - Tempo de atuação no policiamento ambiental

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Dessa maneira, ao considerar os dados da Figura 4, pode-se evidenciar que há um número expressivo de agentes que ingressaram há menos de 2 anos no policiamento ambiental. Em relação a isso, pode-se atribuir os concursos públicos para o ingresso na PMGO que ocorreram nos últimos anos. Por outro lado, pode-se observar que um pouco mais de um quarto dos participantes atua há pelo menos 5 anos no policiamento ambiental, o que pode indicar, propositadamente, uma maior experiência nessa forma de policiamento.

Com base nisso, evidencia-se que o perfil dos participantes é composto, majoritariamente, por homens jovens, que possuem ensino superior completo e que ingressaram nos quadros da PMGO e do policiamento de trânsito há menos de dois anos. Todavia, embora esse perfil seja majoritário, destaca-se que ele é contrabalanceado por agentes que possuem maior tempo de ingresso na corporação e, especificamente, no destacamento ambiental.

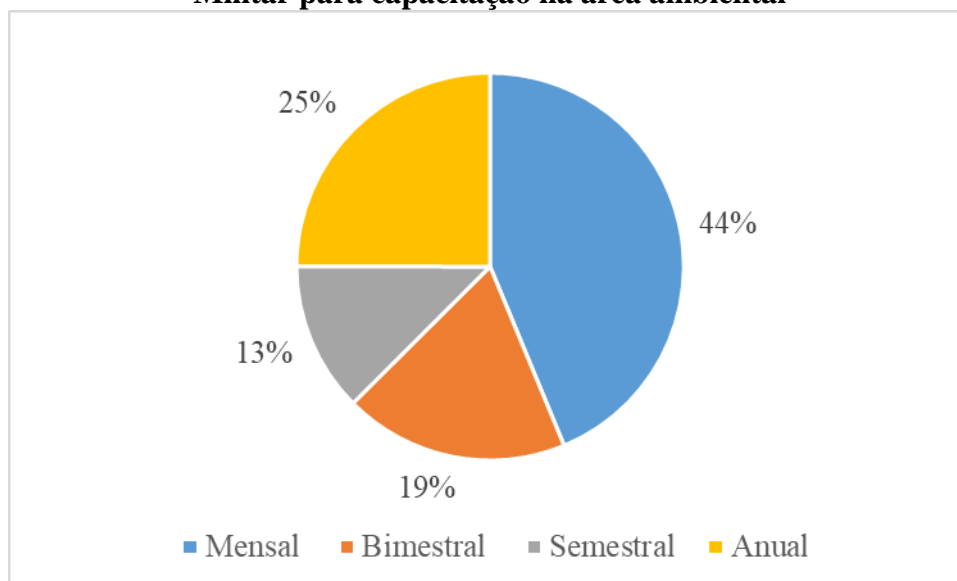
Desse modo, ao iniciar as questões do bloco específico, pode-se destacar que a primeira questão dirigida aos participantes foi: "Como está atualmente estruturada a organização da Polícia Militar para lidar com a aplicação da legislação ambiental em sua área de atuação?". Nesse sentido, ao considerar as respostas fornecidas, pode-se evidenciar que os agentes avaliaram, majoritariamente, que a estrutura é boa e que está sendo bem instruída e estruturada para lidar com as ocorrências ambientais, afirmou um dos participantes.

A estrutura do policiamento, especificamente, o policiamento ambiental, é um aspecto demasiadamente relevante no sentido de fornecer um atendimento mais próximo e efetivo à

população. Dessa maneira, conforme observado por Nassaro (2013), é um consenso de que a estrutura de policiamento tem impacto direto no atendimento à população e no combate à criminalidade. No âmbito ambiental, esse processo assume maior ênfase, sobretudo, porque os desafios impostos são maiores.

Nesse sentido, pode-se observar, por exemplo, o desmatamento ilegal, a caça e o tráfico de animais, a mineração ilegal, entre outros. Esses delitos impactam não somente a perspectiva do meio ambiente como um direito a ser protegido, mas também têm repercussões na saúde e na qualidade de vida da população (Miller, 2023). Em razão disso, pode-se observar que um elemento importante na estrutura do policiamento ambiental é a capacitação. Assim, ao indagar os participantes "Qual é a periodicidade dos treinamentos específicos oferecidos aos membros da Polícia Militar para capacitação na área ambiental, considerando as constantes atualizações na legislação?", pode-se evidenciar a frequência em que esse processo ocorre. Os dados estão ilustrados na Figura 5.

Figura 5 - Periodicidade dos treinamentos específicos oferecidos aos membros da Polícia Militar para capacitação na área ambiental



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

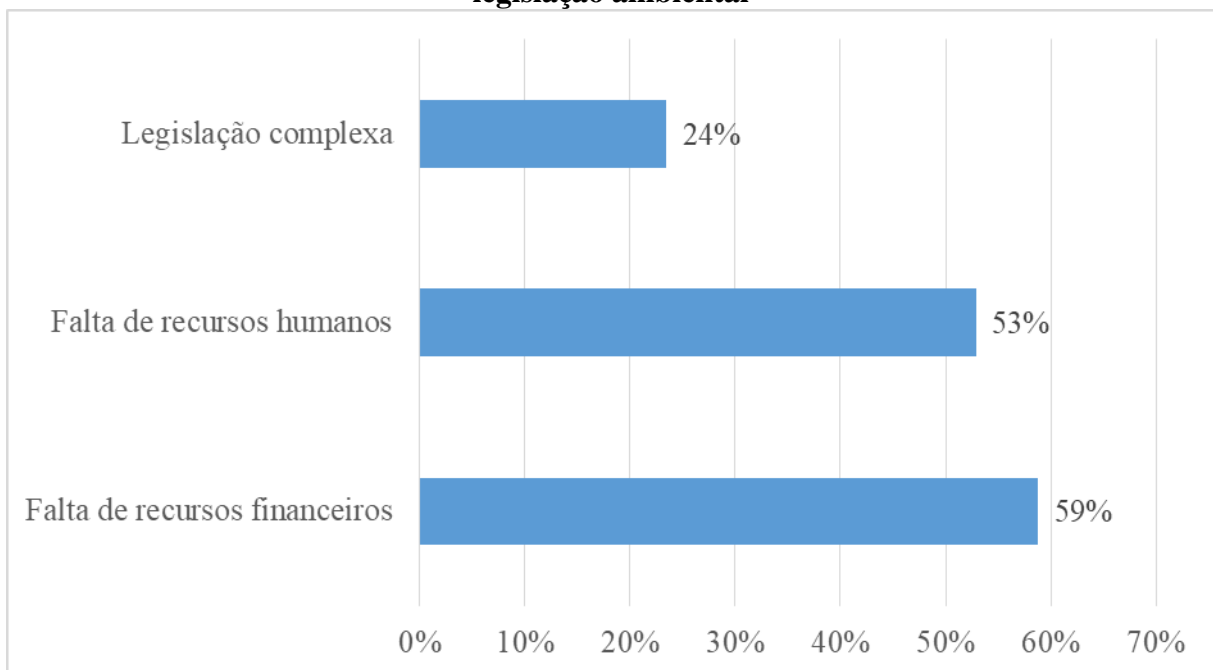
A partir das respostas, pode-se indicar que uma parte expressiva dos participantes assinalou que os treinamentos ocorrem mensalmente. Embora seja difícil precisar a frequência exata, é possível inferir que os respondentes conseguem observar sua realização. De acordo com Souza e Gomes (2019), o oferecimento de treinamentos frequentes, no âmbito do policiamento ambiental, favorece significativamente a conservação da fauna e da flora. Esse

processo é importante, principalmente, porque a defesa do meio ambiente é complexa, e a existência de treinamentos visa suprir as lacunas existentes nessa atividade.

No entanto, conforme observado anteriormente, a atividade de policiamento ambiental é complexa, o que exige a mobilização de diversos aspectos e recursos. Dessa maneira, ao questionar os participantes "Quais são os principais obstáculos enfrentados pela Polícia Militar na aplicação da legislação ambiental, levando em consideração fatores como falta de recursos, complexidade da legislação e outros desafios?", pode-se destacar que 59% dos participantes assinalaram a ausência de recursos como um dos obstáculos. Por ser uma questão de múltipla escolha, verifica-se que 53% assinalaram também a falta de recursos humanos, e 24% destacaram a complexidade da legislação.

Esses dados podem ser observados na Figura 6.

Figura 6 - Principais obstáculos enfrentados pela Polícia Militar na aplicação da legislação ambiental



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Ao considerar os dados, pode-se evidenciar que, segundo os agentes de policiamento ambiental, um dos fatores que impactam sua atividade está relacionado à falta de recursos públicos. Embora se possa considerar um aumento dos investimentos na Segurança Pública, especificamente nos últimos anos, é importante considerar que os custos efetivos do policiamento ambiental tendem a aumentar cotidianamente, principalmente porque essa

especialidade atende ocorrências ambientais de diversos tipos e precisa cobrir uma área ampla.

Assim, constata-se que esse processo também se relaciona com as queixas sobre a ausência de recursos humanos, tendo em vista a variedade de ilícitos ambientais que devem ser regulados. Ademais, destaca-se que, no âmbito da legislação ambiental e sua aplicabilidade, esta pode ser alvo de maior elucidação por meio de formação específica. Esse processo reverbera, sobretudo, em uma possibilidade de maximizar a eficiência das atividades de policiamento.

No entanto, mesmo que ocorram queixas em relação aos recursos financeiros e humanos, os agentes têm ciência das atividades que devem desempenhar, bem como meios para sua efetivação. Dessa maneira, ao indagar os participantes sobre "Como a Polícia Militar realiza a fiscalização e o monitoramento de atividades potencialmente prejudiciais ao meio ambiente em sua jurisdição?", nota-se que mesmo com essas dificuldades, os agentes estão atentos às suas responsabilidades.

Com isso, os agentes assinalaram, em sua maioria, que realizam suas atividades por meio de patrulhamento, denúncias e trabalho de fiscalização. Embora essas atividades estejam inseridas no escopo geral de atuação da PMGO, é importante destacar que, em matéria ambiental, a atividade do policial militar é imbricada de novos desafios e é relativamente distinta daquela dos agentes que atuam nas regiões urbanas. Outro elemento destacado pelos agentes consiste no uso da tecnologia como forma de auxiliar na proteção e defesa do meio ambiente.

Conforme também observado por Sousa e Costa (2018), diante da vasta área de cobertura das ações, o uso da tecnologia tem se tornado imprescindível na atuação das forças especializadas na proteção ambiental. Ferramentas como o georreferenciamento permitem aos agentes intervirem de forma mais rápida, evitando que os crimes ambientais tenham efeitos mais devastadores para o meio ambiente e para a população.

Considerando as atividades ostensivas e de fiscalização, a atuação do policiamento ambiental também está relacionada à conscientização da população. Dessa maneira, ao indagar os participantes sobre "Quais medidas são implementadas para conscientizar a comunidade local sobre a importância da preservação ambiental, e de que maneira a participação da sociedade é incentivada nas ações de proteção ambiental conduzidas pela Polícia Militar?", é possível considerar de forma mais ampla de que modo esse processo ocorre.

Dessa forma, observa-se que esse processo é realizado, segundo os agentes, por meio de "programas educacionais, projetos para a valorização do meio ambiente e a conscientização da população para o cuidado com a fauna e a flora". Nesse contexto, verifica-se que, nas respostas dos participantes, a realização de palestras, a divulgação de materiais nas redes sociais, na televisão, rádio, além de campanhas específicas em momentos de grandes eventos, como é o caso da temporada de férias no Rio Araguaia ou durante o período de Piracema.

A realização de atividades educativas e de conscientização social, aliada às ações de fiscalização e combate aos crimes ambientais, torna-se demasiadamente importante no contexto do policiamento ambiental. Esse processo é importante, uma vez que é por meio da conscientização que esses agentes podem prevenir crimes contra a fauna e a flora. Além de demonstrarem a necessidade de conservação, eles podem orientar sobre a legislação e intervir diretamente no combate à degradação do meio ambiente.

Com isso, os dados analisados evidenciam a complexidade e a importância do policiamento ambiental no contexto da preservação do meio ambiente e da segurança pública. Apesar dos desafios enfrentados, como a escassez de recursos e a necessidade de constante capacitação, os agentes demonstram comprometimento e atuação efetiva em suas responsabilidades. A integração de tecnologia, a realização de treinamentos frequentes e a conscientização da comunidade são elementos-chave para o sucesso dessas operações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, pode-se observar que a preservação do meio ambiente constitui, na contemporaneidade, um desafio importante. O desenvolvimento industrial, populacional e tecnológico impactou significativamente a fauna e a flora, levando à extinção de espécies e à degradação de biomas. O desmatamento, as queimadas, a caça e a pesca ilegal, os maus-tratos contra os animais e seu tráfico impactam diretamente a vida e a sobrevivência humana.

Conforme foi possível observar, o meio ambiente aparece, de acordo com a Constituição Federal de 1988, como um direito fundamental. Nesse contexto, observou-se que cabe aos estados e à união estabelecer mecanismos de regulação e fiscalização ambiental. No âmbito estadual, pode-se observar a atuação do policiamento ambiental, que atua de forma ostensiva e especializada no combate e repressão aos danos ambientais provocados de forma ilícita.

Dessa maneira, ao considerar os resultados da pesquisa, pode-se observar que os agentes de policiamento ambiental dispõem de conhecimento técnico e são mobilizados frequentemente para a realização de atividades de formação complementar. Esse processo permite maximizar a eficiência de sua atuação, bem como permite oferecer uma proteção mais efetiva. Mesmo que os agentes tenham indicado obstáculos financeiros e de recursos humanos, constata-se que estes têm clareza das atividades e procedimentos que devem ser realizados na proteção ao meio ambiente.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Brasília, **Diário Oficial da União**, 1981. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16938.htm> Acesso em: Jan. 2024.
- GIL, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2017.
- LÔBO, Paulo Luiz N. **Direito Civil Volume 2 - Obrigações**. São Paulo: Saraiva, 2022.
- MESSIAS, Ewerton Ricardo. **Introdução aos princípios gerais do Direito Ambiental**. São Paulo: Simplíssimo, 2022.
- MILLER, Tulianny Aparecida Ronconi. Sistema integrado de informações ambientais: uma ferramenta estratégica para o batalhão de polícia ambiental força verde. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar**, v. 4, n. 7, p. e473520-e473520, 2023.
- NASSARO, Adilson Luis Franco. **Policiamento ambiental: políticas públicas e tráfico de animais silvestres (oeste do Estado de São Paulo, 1998 a 2012)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.
- SIRVINSKAS, Luís. **Manual de Direito Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2018.
- SOUSA, Claudean Maia Cruz; COSTA, Vinícius Rodrigues da. **polícia militar ambiental e suas atividades desenvolvidas no estado de Goiás-Go**. Trabalho de Conclusão de Curso – Academia de Polícia Militar de Goiás, Goiânia, 2018.
- SOUZA, Ernane Cabral de; GOMES, Ilza Mara Silva. **A competência da polícia militar ambiental para lavrar o auto de infração ambiental em Goiás**. Trabalho de Conclusão de Curso – Academia de Polícia Militar de Goiás, Goiânia, 2019.
- VENOSA, Sílvio de S. **Direito Civil - Obrigações e Responsabilidade Civil - Vol. 2**. São Paulo: Grupo GEN, 2021.

ANEXO I - QUESTIONÁRIO

Bloco I - Perfil

1. Idade:
2. Sexo:
3. Tempo de atuação na polícia militar:
4. Tempo de atuação no policiamento ambiental:
5. Escolaridade:

Bloco II – Questões específicas

1. Como está atualmente estruturada a organização da Polícia Militar para lidar com a aplicação da legislação ambiental em sua área de atuação?
2. Qual é a periodicidade dos treinamentos específicos oferecidos aos membros da Polícia Militar para capacitação na área ambiental, considerando as constantes atualizações na legislação?
3. Como a Polícia Militar aborda casos de desmatamento ilegal, poluição ambiental e outras infrações contra o meio ambiente? Quais são os procedimentos padrão adotados?
4. Quais são os principais obstáculos enfrentados pela Polícia Militar na aplicação da legislação ambiental, levando em consideração fatores como falta de recursos, complexidade da legislação, e outros desafios?
5. Como a Polícia Militar realiza a fiscalização e o monitoramento de atividades potencialmente prejudiciais ao meio ambiente em sua jurisdição?
6. Quais medidas são implementadas para conscientizar a comunidade local sobre a importância da preservação ambiental, e de que maneira a participação da sociedade é incentivada nas ações de proteção ambiental conduzidas pela Polícia Militar?

ANEXO II - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

BASEADO NAS DIRETRIZES CONTIDAS NA RESOLUÇÃO CNS Nº466/2012, MS.

Prezado (a) Senhor (a),

Esta pesquisa é sobre A APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL NA ATUAÇÃO POLICIAL MILITAR e está sendo desenvolvida pelo discente Lucas Henrique Rezende Calixto, do Curso de Especialização em Polícia e Segurança Pública, no âmbito da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás, sob a orientação do Professor Nikolas Christopher Charalabopoulos.

Os objetivos do estudo são: Analisar a aplicação da legislação ambiental na atuação da Polícia Militar, buscando compreender a eficácia e os desafios enfrentados no cumprimento das normas legais relacionadas ao meio ambiente. Como objetivos específicos, busca-se: Investigar o conhecimento e a conscientização dos policiais militares em relação à legislação ambiental, com ênfase nas leis pertinentes ao combate a crimes ambientais; Avaliar a efetividade das estratégias e procedimentos utilizados pela Polícia Militar na identificação, prevenção e repressão de atividades criminosas que violem a legislação ambiental; Identificar os principais desafios enfrentados pelos policiais militares na aplicação da legislação ambiental, incluindo obstáculos operacionais, falta de recursos e questões legais específicas.

Este estudo justifica-se pela necessidade de avaliar de forma abrangente a aplicação da legislação ambiental da Polícia Militar Ambiental, compreender sua eficácia e os desafios do cumprimento destas normas. Neste caso, as operações policiais vão além da aplicação da lei e envolvem a complexa interface entre a proteção ambiental, a ordem pública e os direitos civis. Compreender os fatores que influenciam a eficácia da Polícia Militar no cumprimento da legislação ambiental é fundamental para melhorar práticas e procedimentos. A justificativa é a necessidade de identificar lacunas e barreiras que possam impactar negativamente a eficácia das operações policiais, com o objetivo de tomar medidas mais eficazes, em linha com as necessidades sociais e os requisitos ambientais.

Solicitamos a sua colaboração para responder ao questionário de entrevista encaminhado, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de segurança pública e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Garantimos ao(à) Sr(a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. Os pesquisadores estarão à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento.